

PROF. LEONARDO AQUINO



SIMULADO PGM-GRU

P R O V A O 1

Direito Constitucional

1

O poder constituinte originário cria a primeira ou uma nova Constituição para o Estado, instaurando uma nova ordem jurídica e rompendo completamente com a ordem jurídica precedente. Considerando a assertiva, analise os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta.

I – o poder constituinte originário é inicial.

II – o poder constituinte originário é ilimitado no que atine à não vinculação aos limites dos textos normativos que o precedam.

III – o poder constituinte é permanente.

- a) Apenas o item **I** é verdadeiro.
- b) Apenas o item **II** é verdadeiro.
- c) Apenas o item **III** é verdadeiro.
- d) Apenas os itens **II e III** são verdadeiros.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

2

Tício deseja ter acesso à informação relacionada ao seu interesse particular que está em poder do órgão público X.

Considerando a assertiva, assinale a alternativa correta, nos termos da Constituição Federal.

- a) O direito de acesso às informações estatais apenas se justifica se as informações forem de interesse coletivo ou geral.
- b) Tício deverá, obrigatoriamente, receber as informações que deseja, pois o direito de acesso às informações é absoluto e insuscetível à qualquer restrição.
- c) O órgão X poderá apresentar a informação solicitada no prazo em que entender adequado.
- d) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- e) As informações em poder dos órgãos públicos são sigilosas e não podem, em regra, ser compartilhadas com Tício.

3

Com relação aos direitos e garantias fundamentais positivados na Constituição Federal de 1988, analise os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta.

I – é livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato.

II – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

III – é assegurado a todos o acesso à informação, sendo vedado o sigilo da fonte, mesmo quando necessário ao exercício profissional.

- a) Apenas o item **I** é verdadeiro.
- b) Apenas o item **II** é verdadeiro.
- c) Apenas o item **III** é verdadeiro.
- d) Apenas os itens **I e II** são verdadeiros.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

4

Assinale a alternativa que completa corretamente e na ordem apresentada os remédios constitucionais descritos nas assertivas **I e II**, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988:

I - Conceder-se-á _____: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

II - Conceder-se-á _____ sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

- a) **I** – habeas data e **II** – habeas-corpus.
- b) **I** – mandado de segurança e **II** – mandado de injunção.
- c) **I** – habeas data e **II** – mandado de segurança.
- d) **I** – habeas data e **II** – mandado de injunção.
- e) **I** – habeas-corpus e **II** – habeas data.

5

Com relação aos Direitos Políticos, conforme prevê a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **correta**.

- a) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os analfabetos.
- b) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de setenta anos;
- c) Os estrangeiros são inalistáveis.
- d) São alistáveis, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- e) São ineligíveis somente os inalistáveis.

6

Assinale a alternativa que **NÃO** corresponda à competência exclusiva da União, nos termos da Constituição Federal de 1988.

- a) Assegurar a defesa nacional.
- b) Decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal.
- c) Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.
- d) Conceder anistia.
- e) Declarar a guerra e celebrar a paz.

7

Na hipótese de uma Lei estadual dispor sobre o comércio exterior e interestadual, é correto afirmar, de acordo com a Constituição Federal, que:

- a) A lei será constitucional por ser matéria de competência legislativa dos Estados.
- b) A lei será constitucional, pois todos os entes públicos podem legislar sobre o comércio exterior e interestadual que se dê pelos sujeitos domiciliados ou sediados em seu territórios.
- c) A lei será inconstitucional pelo fato de que legislar sobre o comércio exterior e interestadual compete privativamente aos Municípios e ao Distrito Federal.
- d) A lei será constitucional, pois se trata de competência legislativa concorrente entre a União e os Estados.
- e) A lei será inconstitucional por se tratar de competência legislativa privativa da União.

8

Considerando os Municípios e a sua organização político-administrativa, de acordo com as normas constitucionais, assinale a alternativa correta.

- a) O Tribunal de Contas dos Estados são os únicos responsáveis por promover a fiscalização do Município.
- b) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em turno único e aprovada pela Assembleia Estadual.

c) O total da despesa com a remuneração dos Vereadores poderá ultrapassar a receita do Município quando for verificada essa necessidade.

d) Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

e) O Município reger-se-á por lei orgânica, que será votada pela Assembleia Estadual, como único requisito de aprovação.

9

A Constituição Federal de 1988 determina regras sobre a responsabilidade objetiva do Estado. Sobre este tema, assinale a alternativa **INCORRETA**.

a) A regra da responsabilidade objetiva exige, como um dos requisitos, que o ato lesivo seja praticado por agente de pessoa jurídica de direito público ou pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público.

b) A regra da responsabilidade objetiva exige, como um dos requisitos, que as entidades de direito privado prestem serviço público, o que exclui as entidades da administração indireta que executem atividade econômica de natureza privada.

c) A regra da responsabilidade objetiva exige, como um dos requisitos, que seja causado dano a terceiros, em decorrência da prestação de serviço público ou do exercício da função administrativa.

d) A regra da responsabilidade objetiva exige, como um dos requisitos, que haja nexos causal entre o dano e a conduta do agente da pessoa jurídica de direito público ou de direito privado prestadora de serviços públicos.

e) A regra da responsabilidade objetiva exige, como um dos requisitos, que o agente causador do dano não esteja agindo no exercício de suas funções, isto é, para que configure a responsabilidade estatal basta que tenha a qualidade de agente público e cause um dano, sendo desnecessário que esteja agindo no exercício de suas funções.

10

Na hipótese de um ocupante de cargo de provimento efetivo em um Município Y ter sido eleito para tomar posse em cargo de Deputado Estadual, é correto afirmar, nos termos da Constituição Federal, que esse sujeito:

a) Poderá cumular os dois, mas somente na hipótese de compatibilidade de horários.

b) Será automaticamente afastado do cargo no Município Y, recebendo, porém, a remuneração respectiva.

c) Poderá receber as duas remunerações, mas só exercerá o mandato eletivo.

d) Poderá escolher exercer os dois, independentemente de compatibilidade de horários, bem como receber as duas remunerações.

e) Ficará afastado do cargo no Município Y, sem receber remuneração, durante o exercício do mandato.

11

Processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles, nos termos da Constituição Federal, compete privativamente:

a) Ao Senado Federal.

b) Ao Superior Tribunal de Justiça.

c) Ao Supremo Tribunal Federal.

d) Ao Congresso Federal.

e) À Câmara dos Deputados.

12

Na hipótese de ocorrência de dupla vacância no Poder Executivo Federal brasileiro quando os então Presidente da República e Vice-Presidente iriam iniciar o segundo ano de mandato, assevera a Constituição Federal de 1988 que:

a) A eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.

b) O Presidente do Senado Federal assume o cargo de Presidente da República e finaliza o mandato.

c) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição quarenta e cinco dias depois de aberta a última vaga.

d) A eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

e) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

13

Considerando as normas constitucionais, assinale a alternativa que elenca o(s) ente(s) possuidor(es) de competência tributária residual, para instituir, mediante lei complementar, impostos não previstos na Constituição Federal, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.

a) Estados e Distrito Federal, somente.

b) União, somente.

c) Municípios, somente.

d) União e Estados, somente.

e) Estados e Municípios, somente.

14

Assinale a alternativa correta de acordo com a proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminha ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas Leis Orgânicas dos Municípios.

I – A proposta orçamentária será composta por tabelas explicativas que exporão, para fins de comparação, a receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta.

II – Constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

III – A proposta orçamentária será composta por tabelas explicativas das quais constará a despesa realizada no exercício imediatamente anterior.

a) Apenas o item **I** e **II** são verdadeiros.

b) Apenas o item **II** e **III** são verdadeiros.

c) Apenas o item **III** é verdadeiro.

d) Todos os itens são verdadeiros.

e) Nenhum dos itens é verdadeiro.

15

Analise os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta que corresponda à característica da Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).

a) O órgão julgador da ADPF, nos termos da Constituição Federal de 1988, é o Superior Tribunal de Justiça.

b) O órgão julgador da ADPF, nos termos da Constituição Federal de 1988, é o Supremo Tribunal Federal.

c) Não caberá reclamação contra o descumprimento da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.

- d) Será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental mesmo quando houver outro meio eficaz de sanar a lesividade.
e) Nenhum dos itens é verdadeiro.

Direito Administrativo

16

Assinale a alternativa que corresponda, corretamente, a um(a) integrante da Administração Pública indireta:

- a) Câmaras Municipais.
b) Concessionárias que prestam serviços públicos.
c) Associações, Fundações e ONGs com personalidade jurídica de direito privado e integradas por pessoas e bens privados.
d) Fundações públicas com personalidade jurídica de direito público.
e) Assembleias legislativas.

17

"[...] é a qualificação dada à autarquia ou fundação que celebre contrato de gestão com o órgão da Administração Direta a que se acha vinculada, para a melhoria da eficiência e redução de custos." Maria Sylvia Zanella Di Pietro. **Direito Administrativo**. 35. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022, p. 630.

O trecho acima citado se refere ao conceito de:

- a) Agência reguladora.
b) Empresas públicas.
c) Agência executiva.
d) Sociedade de economia mista.
e) Nenhum dos itens é verdadeiro.

18

Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários. Considerando, portanto, a Lei Federal n.º 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A publicidade é um princípio próprio ou específico dos serviços públicos previsto nessa Lei.
b) Caracteriza-se como inadequada descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência, ou após prévio aviso, ainda que motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações.
c) A modicidade de tarifas e a cortesia são princípios próprios e específicos dos serviços públicos previstos nessa Lei.
d) A moralidade é um princípio próprio ou específico dos serviços públicos previsto nessa Lei.
e) Caracteriza-se como inadequada descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência, ou após prévio aviso, ainda que por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

19

Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca dos consórcios públicos.

- a) O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração não dependerá, em regra, da prévia subscrição de protocolo de intenções.
b) O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.
c) Os consórcios públicos, na área de saúde, deverão obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS.

d) Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.

e) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.

20

Caio é servidor público estável e em determinado dia de trabalho, estando recentemente lotado em seu departamento, facilitou, negligentemente, a locação de bens públicos para uma empresa no momento em que deixou de observar certos requisitos essenciais para celebrar tal relação jurídica, compreendendo que não seriam necessários.

Considerando a hipótese narrada, assinale a alternativa correta.

- a) Caio poderá sofrer com as sanções da lei de improbidade administrativa, a qual será aplicada em sua situação.
b) Caio praticou ato de improbidade administrativa que importou em enriquecimento ilícito.
c) Caio não poderá sofrer com as sanções da lei de improbidade por ter agido culposamente.
d) Caio praticou ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da administração pública.
e) Caio praticou ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário.

21

Assinale a alternativa correta de acordo com a Lei n.º 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências:

- a) Configura-se improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário;
b) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão culposa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade;
c) Na ação por improbidade administrativa é vedado formular, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito;
d) A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência;
e) Todas as assertivas anteriores estão corretas.

22

Considerando a Lei de Improbidade n.º 8.429/1992, assinale a alternativa **correta**.

- a) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias.
b) Por atos de improbidade administrativa apenas podem ser punidos os que os cometerem e forem servidores públicos.
c) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará diretamente ao Juiz competente, para as providências necessárias.
d) Os atos de improbidade administrativa não poderão ser punidos se tiverem sido praticados por agentes públicos que exercem transitoriamente mandato, cargo, emprego ou função administrativa.

e) Os atos de improbidade administrativa somente poderão ser punidos se tiverem sido praticados por agentes públicos que exerçam mandato, cargo, emprego ou função administrativa permanente e mediante remuneração.

23

Para os fins da Lei n.º 8.666/1993, consideram-se requisitos válidos de habilitação em licitações públicas:

- Capital social mínimo ou patrimônio líquido equivalente a até 20% do valor estimado da contratação;
- Comprovação de qualificação técnico-profissional mediante imposição de quantidades mínimas de experiência ao responsável técnico dos licitantes, quando de licitações pertinentes a obras ou serviços de engenharia;
- Garantia de adimplemento da proposta em até 1% do valor estimado da contratação;
- Comprovação de qualificação técnico-operacional mediante demonstração de experiência da pessoa jurídica licitante em segmentos de complexidade maior do que a inerente ao objeto da contratação, a critério da autoridade responsável pelo órgão licitador;
- Nenhuma das assertivas anteriores está correta.

24

“É _____ a licitação: I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores”. Considerando o dispositivo legal apresentado, assinale a alternativa que complete corretamente o trecho suprimido, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021:

- Inexigível.
- Dispensável.
- Obrigatória.
- Facultativa.
- Imprescindível.

25

De acordo com a Lei n.º 10.520/2002 que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

- É vedada a realização de pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação;
- O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias, se outro não estiver fixado no edital;
- O prazo para a interposição de recursos e apresentação de contrarrazões é de 5 (cinco) dias úteis;
- É permitida a exigência de garantia da proposta;
- Dispõe o artigo 4º que o pregão observará a inversão de fases em comparação às modalidades licitatórias da Lei Federal n.º 8.666/93, iniciando-se pela fase classificatória e, após, seguindo-se a habilitatória.

26

“(…) é o procedimento administrativo pelo qual o Poder Público ou seus delegados, mediante prévia declaração de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, impõe ao proprietário a perda de um bem, substituindo-o em seu patrimônio por justa indenização”. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro. **Direito Administrativo**. 35. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022, p. 199).

O trecho acima citado se refere ao conceito de:

- Servidão administrativa.
- Desapropriação.

- Requisição.
- Ocupação temporária.
- Tombamento.

Direito Civil

27

Assinale a alternativa correta acerca dos negócios jurídicos, em conformidade com o Código Civil de 2002.

- A validade do negócio jurídico requer: agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; forma prescrita ou não defesa em lei;
- A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico mesmo se for relativa ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado;
- O silêncio nunca pode importar em anuência, mesmo quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem e não for necessária a declaração de vontade expressa;
- É vedado que as partes pactuem livremente regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.
- Todas as assertivas anteriores estão corretas.

28

A/O“ (...) para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens”.

O trecho acima citado, de acordo com o Código Civil, refere-se a(o):

- Dolo.
- Erro.
- Estado de perigo.
- Coação.
- Lesão.

29

Nos termos do atual Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- Não corre prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.
- Corre prescrição normalmente entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.
- A prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper.
- A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado e somente uma vez.

30

Dispõe o atual Código Civil que o fato jurídico pode ser provado mediante a confissão.

Quanto a esta confissão, assinale a alternativa correta.

- A confissão, por ser irrevogável, não poderá ser anulada em nenhuma hipótese.
- Mesmo que a confissão provenha de quem não é capaz de dispor do direito a que se referem os fatos confessados ela terá eficácia.
- Mesmo que a confissão seja feita por um representante, a sua eficácia não se vincula aos limites da representação.
- A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação.

e) A confissão não pode ser efetuada por um representante em nenhuma hipótese.

31

Com relação às obrigações de dar coisa certa, analise os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta.

I – A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.

II – Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.

III – Sendo culpado o devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, com direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização das perdas e danos.

- a) Apenas o item **I** é verdadeiro.
- b) Apenas o item **II** é verdadeiro.
- c) Apenas o item **III** é verdadeiro.
- d) Apenas os itens **I** e **II** são verdadeiros.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

32

Concernente às obrigações alternativas dispostas no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- b) É permitido que o credor obrigue o devedor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- c) Se uma das duas prestações não puder ser objeto de obrigação ou se tornada inexecutável, extinguir-se-á a obrigação.
- d) Quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção poderá ser exercida em cada período.
- e) Quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção poderá ser exercida apenas no primeiro período, submetendo-se ao regime jurídico das obrigações simples a partir de então.

33

Estabelece o Código Civil que nos contratos onerosos o alienante responde pela evicção.

Considerando essa determinação, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade pela evicção se limita ao valor da coisa evicta, sem possibilidade de se estender a outros prejuízos daquela decorrentes.
- b) Podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- c) As benfeitorias necessárias ou úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão por este suportadas.
- d) Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção, exceto se a aquisição se tenha realizado em hasta pública.
- e) Mesmo que o adquirente possua o conhecimento prévio de que a coisa era alheia ou litigiosa, poderá demandar pela evicção.

34

Acerca dos contratos típicos dispostos no Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta.

- a) É impossível que a compra e venda tenha por objeto coisa atual ou futura;
- b) A locação por tempo determinado cessa de pleno direito findo o prazo estipulado, independentemente de notificação ou aviso;

c) Opera-se o mandato quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses, sendo vedado, em regra, que o mandatário celebre negócios consigo mesmo;

d) O empreiteiro de uma obra pode contribuir para ela só com seu trabalho ou com ele e os materiais e a obrigação de fornecer os materiais se presume da contratação;

e) Nenhuma das assertivas anteriores está correta.

35

Com base na teoria objetiva da responsabilidade civil, disposta no Código Civil, é **correto** afirmar que:

a) Aquele que habitar prédio, ou parte dele, é isento, em todas as hipóteses, de responder pelo dano proveniente das coisas que dele caírem.

b) O dono, ou detentor, do animal responde pelos danos causados por este mesmo em caso de culpa exclusiva da vítima.

c) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

d) Não são responsáveis pela reparação civil o tutor e o curador pelos pupilos e curatelados, em qualquer hipótese.

e) O dono, ou detentor, do animal responde pelos danos causados por este mesmo em caso de força maior.

36

Tício caminhava normalmente pela rua de seu bairro quando de repente foi mordido por um cachorro do vizinho que escapou da coleira. Considerando o enunciado, assinale a alternativa correta.

a) O vizinho enquanto dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa de Tício ou força maior.

b) O vizinho enquanto dono, ou detentor, do animal somente poderá ser responsabilizado se Tício provar a culpa dele pelo dano.

c) Em nenhuma hipótese Tício poderá ser ressarcido pelo vizinho, tendo que suportar o dano por ter o cachorro escapado da coleira.

d) O vizinho enquanto dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, mesmo se restar provada a culpa exclusiva de Tício ou força maior.

e) Nenhum dos itens é verdadeiro.

Direito Processual Civil

37

Estabelece o atual Código de Processo Civil que:

a) A citação será feita por meio eletrônico ou pelo correio para qualquer comarca do País, ainda quando o citando for pessoa de direito público;

b) A citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual e será efetivada em até 45 (quarenta e cinco) dias a partir da propositura da ação;

c) Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido, ainda quando se dê o comparecimento espontâneo da parte a ser citada;

d) Os honorários periciais serão pagos integralmente e antes do término do laudo pericial pela parte que postulou por tal modalidade probatória;

e) Todas as assertivas anteriores estão corretas.

38

No que concerne à tutela provisória, assinale a alternativa **correta**.

- a) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
- b) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
- c) A tutela de urgência pode ser concedida somente quando a parte contrária se manifestar sobre o pedido.
- d) A tutela de urgência de natureza antecipada poderá ser concedida ainda quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- e) Nenhum dos itens é verdadeiro.

39

De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, considera-se inepta a petição inicial quando:

- a) A parte for manifestamente ilegítima.
- b) O autor carecer de interesse processual.
- c) O Juiz verificar de plano a ocorrência de decadência.
- d) O Juiz verificar de plano a ocorrência de prescrição.
- e) Lhe faltar pedido ou causa de pedir.

40

Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa. Tendo em vista a assertiva, assinale a alternativa **correta**.

- a) O Autor não tem a chance de se manifestar processualmente sobre a reconvenção proposta contra ele.
- b) A desistência da ação obsta o prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- c) Para que o réu proponha a reconvenção é preciso, necessariamente, que ofereça contestação.
- d) A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
- e) A reconvenção pode ser proposta contra o autor somente, vedada a possibilidade de propor reconvenção contra o autor e terceiro.

41

A reconvenção e a revelia, de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, ainda que desconexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa;
- b) Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato e de direito formuladas pelo autor;
- c) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção;
- d) É vedado ao revel intervir no processo no estado em que se encontra;
- e) Todas as assertivas anteriores estão corretas.

42

Não dependem de prova os fatos:

- I – notórios;
- II – afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária;
- III – admitidos no processo como incontroversos;
- IV – juridicamente relevantes.

De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa que contenha os fatos que não dependem de prova:

- a) Apenas I e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I, III e IV.
- e) Apenas II e IV.

43

Considerando os elementos e o efeito da sentença, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.
- b) É permitido ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- c) É permitido ao juiz alterar a sentença depois de publicada para corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou erros de cálculo.
- d) Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.
- e) O juiz resolverá o mérito acolhendo ou rejeitando, no todo ou em parte, os pedidos formulados pelas partes.

44

Assinale a alternativa correta de acordo com as disposições acerca da ação rescisória contidas no Código de Processo Civil.

- a) O direito à rescisão se extingue, em regra, em 5 (cinco) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.
- b) A decisão de mérito transitada em julgada em nenhuma hipótese poderá ser rescindida.
- c) A decisão de mérito transitada em julgado não poderá ser rescindida quando for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente.
- d) A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.
- e) A decisão de mérito transitada em julgado não poderá ser rescindida quando for fundada em erro de fato verificável no exame dos autos.

45

Sobre os recursos previstos no Código de Processo Civil de 2015, é **correto** afirmar que:

- a) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer apenas quando for parte no processo.
- b) A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.
- c) O recurso adesivo é insubordinado ao recurso principal.
- d) A renúncia ao direito de recorrer depende necessariamente da aceitação da outra parte.
- e) A decisão pode ser impugnada apenas no todo, sendo vedada a impugnação parcial da decisão.

46

Com relação às disposições gerais dos recursos prevista no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso pode ser interposto pelo terceiro prejudicado.
- b) Não é admitido ao Ministério Público, enquanto parte ou fiscal da ordem jurídica, interpor recurso.
- c) Os recursos impedem automaticamente a eficácia da decisão em todos os casos.

d) O recurso adesivo será conhecido ainda se houver desistência do recurso principal.

e) Todos os itens são verdadeiros.

47

“Contra decisão proferida pelo relator caberá _____ para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal”. Assinale a alternativa que corresponda ao recurso adequado que completa o trecho citado.

a) Agravo de Instrumento.

b) Apelação.

c) Recurso extraordinário.

d) Agravo interno.

e) Recurso especial.

Direito Financeiro

48

Assinale a alternativa **correta** de acordo com as disposições constitucionais acerca dos Orçamentos:

a) É permitido o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.

b) É permitida a concessão ou utilização de créditos ilimitados.

c) É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

d) O Poder Executivo publicará, até sessenta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

e) Os investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderão ser iniciados sem prévia inclusão no plano plurianual, ou mesmo sem lei que autorize a inclusão.

49

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, são créditos adicionais suplementares:

a) Os destinados a despesas urgentes e imprevistas em casos de calamidade pública.

b) Os destinados a reforço de dotação orçamentária.

c) Os destinados a despesas urgentes e imprevistas em caso de guerra.

d) Os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

e) Os destinados a despesas urgentes e imprevistas em casos de comoção intestina.

50

Quanto às despesas públicas, nos termos da Lei Complementar n.º 101/2000, é **INCORRETO** afirmar que:

a) A declaração do ordenador da despesa de que o aumento desta tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias é totalmente dispensável, isto é, não precisa, em nenhuma hipótese, acompanhar a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa para que esta seja regular e adequadamente autorizada.

b) A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

c) Considera-se adequada com a lei orçamentária anual a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no

programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.

d) Considera-se compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

e) A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

51

Considerando o disposto na Lei n.º 4.320/1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, assinale a alternativa incorreta:

a) Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação;

b) O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento;

c) A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados;

d) Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para despesas que não correspondam a contraprestação direta por bens ou serviços, bem como para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado;

e) Em regra, é vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

Direito Tributário

52

No que se refere à vigência da legislação tributária e à aplicação da legislação tributária, analise os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta:

I – entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda que instituem ou majoram tais impostos.

II – a legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham o Código Tributário Nacional ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.

III – a lei aplica-se a ato ou fato pretérito quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

IV – A lei aplica-se a ato ou fato pretérito tratando-se de ato não definitivamente julgado quando deixe de defini-lo como infração;

- a) Apenas o item **I** é verdadeiro.
- b) Apenas os itens **II e III** são verdadeiros.
- c) Apenas os itens **I, III e IV** são verdadeiros.
- d) Apenas os itens **I, II e IV** são verdadeiros.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

53

A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração. Quanto a essa responsabilidade por infrações, de acordo com o Código Tributário Nacional, é **correto** afirmar que, na denúncia espontânea:

- a) O sujeito passivo tem direito à exclusão somente da multa.
- b) O sujeito passivo tem direito à exclusão somente dos juros.
- c) O sujeito passivo não tem direito a nenhuma exclusão.
- d) O sujeito passivo tem direito à exclusão da multa, dos juros e da correção monetária.
- e) O sujeito passivo tem direito à exclusão apenas da correção monetária.

54

Na hipótese de Tício, pessoa natural e civilmente capaz, não ter eleito nenhum local como o seu domicílio tributário, é possível afirmar, de acordo com o Código Tributário Nacional, no silêncio de legislação específica, que:

- a) O domicílio tributário de Tício será necessariamente o da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.
- b) Tício, por não ter eleito nenhum lugar, ficará sem domicílio tributário.
- c) O domicílio tributário de Tício será necessariamente o lugar da situação de seus bens.
- d) O domicílio tributário de Tício será o lugar da sede de sua empresa, se tiver. Caso não tenha, ficará sem domicílio.
- e) Tício, por ser pessoa natural, terá como primeira opção de domicílio tributário a sua residência habitual.

55

Com relação ao lançamento tributário disposto no Código Tributário Nacional, julgue os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta:

I – o lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

II – o lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.

III – o pagamento antecipado pelo obrigado nos termos do lançamento por homologação não extingue o crédito, nem sob condição resolutória da ulterior homologação pela autoridade competente.

- a) Apenas o item **I** é verdadeiro.
- b) Apenas o item **II** é verdadeiro.
- c) Apenas o item **III** é verdadeiro.
- d) Apenas os itens **I e II** são verdadeiros.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

56

Extingue o crédito tributário, de acordo com o Código Tributário Nacional, **EXCETO**:

- a) O pagamento.
- b) A moratória.
- c) A transação.
- d) A remissão.
- e) A compensação.

57

“A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em _____, contados da data da sua constituição definitiva”.

Nos termos do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa que disponha do prazo correto.

- a) Dois anos.
- b) Cinco anos.
- c) Um ano.
- d) Três anos.
- e) Quatro anos.

Direito do Trabalho

58

São considerados direitos sociais previstos expressamente no texto constitucional:

- a) fundo de garantia do tempo de serviço, direito à justiça, igualdade.
- b) transporte, previdência social, proteção à maternidade e à infância.
- c) liberdade religiosa, liberdade de pensamento, seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- d) igualdade, trabalho, direito de propriedade.
- e) direito a voto, intimidade, liberdade de expressão.

59

Nos termos da Consolidação da Leis do Trabalho, acerca das horas *in itinere*, é **correto** afirmar que

- a) o tempo de deslocamento do empregado até a empresa, caminhando ou por qualquer meio de transporte, não deve ser considerado parte da jornada de trabalho do colaborador.
- b) o colaborador receberá hora extra se o meio de transporte for fornecido pela própria empresa, desde que o tempo de transporte somado ao tempo de trabalho ultrapassar 8 horas diárias.
- c) a insuficiência de transporte público enseja o pagamento de horas *in itinere*.
- d) o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho, por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, será computado na jornada de trabalho, por ser tempo à disposição do empregador.
- e) se considera horas *in itinere* o deslocamento do trabalhador entre a portaria da empresa e o local de trabalho, desde que não supere o limite de 10 (dez) minutos diários.

60

Tício, empregado da Empresa Metalúrgica ABC, em pleno dia de folga, ao avistar seu superior hierárquico durante uma caminhada, aproximou-se e passou a ofendê-lo moralmente, em virtude de preferências políticas que não coincidem com as dele. Diante dessa situação, e considerando que o fato foi testemunhado por várias pessoas próximas a ambos, pode-se afirmar que

- a) o superior hierárquico nada poderá fazer, considerando a liberdade de expressão assegurada constitucionalmente.
- b) ao superior hierárquico restará apenas a jurisdição criminal para a devida reparação.
- c) Tício poderá ser despedido por justa causa, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho.

- d) Tício poderá ser despedido por justa causa, desde que o fato mencionado esteja consagrado em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, uma vez que não ocorreu no horário de trabalho.
- e) o superior hierárquico poderá rescindir indiretamente o contrato de trabalho.

61

Considerando expressa previsão na CLT, assinale a alternativa que trata corretamente sobre prescrição e decadência.

- a) A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, desde que em juízo competente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos em relação a todos os pedidos.
- b) Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de dois anos.
- c) A declaração da prescrição intercorrente não pode ser declarada de ofício.
- d) O prazo decadencial para a propositura de inquérito judicial para apuração de falta grave é de até 60 (sessenta) dias, contados da data da suspensão do empregado.
- e) Não há que se falar em prescrição intercorrente no processo do trabalho, por falta de previsão legal.

62

O primeiro tratado internacional sobre violência e assédio no mundo do trabalho entrou em vigor em 25 de junho de 2021, dois anos depois de ter sido adotado pela Conferência Internacional do Trabalho (CIT) da OIT. Trata-se da Convenção sobre Violência e Assédio nº 190. Assinale a alternativa correta.

- a) Quase todos os países do mundo ocidental, incluindo o Brasil, ratificaram a Convenção citada.
- b) A Convenção abrange trabalhadores do mercado formal, em particular os do setor privado, excluindo o setor público.
- c) A Convenção define sanções a empresas, a serem incorporadas e aplicadas pela legislação de cada um dos diferentes países.
- d) A Convenção exclui as formas de assédio moral praticadas por redes sociais e meios de comunicação virtual.
- e) A Convenção visa a proteção dos trabalhadores, independentemente do seu estatuto contratual, incluindo as pessoas em formação, os estagiários e aprendizes, entre outros.

63

Sobre o acordo de compensação de jornada conhecido como “semana Espanhola”, assinale a alternativa correta.

- a) Não é válido na justiça laboral brasileira.
- b) Alterna a prestação de 44 horas em uma semana e 36 horas em outra.
- c) Só pode ser colocado em prática se existir uma convenção coletiva ou acordo coletivo que autorize.
- d) Em caso de rescisão contratual sem que tenha havido a compensação total, o empregador estará isento de realizar o pagamento das horas extras.
- e) Diferencia-se da semana inglesa pelo fato da jornada de trabalho da semana inglesa ser de 44 horas distribuídas em apenas 5 dias de trabalho, enquanto o da semana espanhola distribui a mesma carga horária em 6 dias da semana.

Direito Processual do Trabalho

64

Com relação ao Recurso de Revista, assinale a alternativa **correta** nos termos da CLT.

- a) Quando houver multiplicidade de Recursos de Revista fundados em idêntica questão de direito, a questão poderá ser afetada à Seção Especializada em Dissídios Individuais ou ao

Tribunal Pleno, por decisão da maioria absoluta de seus membros, mediante requerimento de um dos Ministros que compõem a Seção Especializada.

b) Poderá o relator, monocraticamente, denegar seguimento ao Recurso de Revista que não demonstrar transcendência, cabendo agravo dessa decisão para o colegiado.

c) Quando houver multiplicidade de Recursos de Revista fundados em idêntica questão de direito, a questão poderá ser afetada à Seção Especializada em Dissídios Individuais ou ao Tribunal Pleno, por decisão da maioria simples de seus membros, independentemente de requerimento dos Ministros que compõem a Seção Especializada.

d) O juízo de admissibilidade do Recurso de Revista exercido pela Presidência dos Tribunais Regionais do Trabalho não se limita à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos do apelo, abrangendo igualmente o critério da transcendência das questões nele veiculadas.

e) Poderá o relator, monocraticamente, denegar seguimento ao Recurso de Revista que não demonstrar transcendência, sendo irrecorrível tal decisão.

65

Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente de descon sideração da personalidade jurídica, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho,

a) caberá recurso de imediato na fase de cognição.

b) caberá agravo de petição na fase de execução, se garantido o juízo.

c) caberá agravo de instrumento na fase de execução, independentemente de garantia do juízo.

d) caberá agravo interno, se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.

e) caberá agravo de petição, se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.

66

À luz das normas da CLT e da jurisprudência do TST, assinale a alternativa correta.

a) Não cabem embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma que não conhece de agravo de instrumento ou de agravo pela ausência de pressupostos extrínsecos.

b) Acórdão rescindendo do Tribunal Superior do Trabalho que não conhece de recurso de embargos ou de revista, analisando arguição de violação de dispositivo de lei material ou decidindo em consonância com súmula de direito material ou com iterativa, notória e atual jurisprudência de direito material da Seção de Dissídios Individuais, examina o mérito da causa, cabendo ação rescisória da competência do Tribunal Superior do Trabalho.

c) Quando houver multiplicidade de recursos de revista fundamentados em idêntica questão de direito, a questão poderá ser afetada à Seção Especializada em Dissídios Individuais ou ao Tribunal Pleno, por decisão da maioria absoluta de seus membros, mediante requerimento de um dos Ministros que compõem a Seção Especializada, considerando a relevância da matéria ou a existência de entendimentos divergentes entre os Ministros dessa Seção ou das Turmas do Tribunal.

d) No processo trabalhista cabe agravo de petição dos despachos que denegarem a interposição de recursos.

e) A tutela provisória concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante agravo de instrumento.

67

Acerca do regramento legal e jurisprudencial dos recursos na Justiça do Trabalho, é correto afirmar:

- a) a decisão que concede a segurança em writ impetrado junto ao Tribunal Regional do Trabalho somente é passível de reforma por meio da interposição de recurso de revista.
- b) o agravo de petição exige, para fins de conhecimento, a delimitação dos valores impugnados, mesmo quando a discussão do mérito do recurso for eminentemente jurídica.
- c) verificada a nulidade da sentença por ausência de produção de prova pericial, é possível ao Tribunal julgar o mérito do recurso ordinário pela aplicação da teoria da causa madura.
- d) a decisão monocrática do relator que reconhece a ausência de transcendência do agravo de instrumento em recurso de revista não é passível de recurso.
- e) compete à parte zelar pela completude do despacho denegatório de recurso de revista, devendo opor embargos de declaração para sanar eventual omissão em seu conteúdo, sob pena de preclusão da discussão da matéria não apreciada.

Legislação Municipal

68

A Lei Orgânica do Município de Guarulhos dispõe que o uso de bens municipais por terceiros, conforme o caso e o interesse público exigir, poderá ser feito mediante

- a) concessão, permissão ou autorização.
- b) licitação e obtida a devida licença.
- c) prévia autorização da Câmara Municipal.
- d) remuneração mensal em favor da Prefeitura, fundamentada em prévia avaliação condizente com o valor praticado no mercado.
- e) autorização exclusiva do Prefeito Municipal, apenas e tão somente para entidades sem fins lucrativos.

69

Tércio, funcionário de um restaurante no Município de Guarulhos, praticou crime de racismo contra um cliente, devidamente comprovado, agindo por orientação de Cícero, que é o proprietário do estabelecimento.

Nessa hipótese, considerando o disposto na Lei Orgânica do Município a respeito da matéria em âmbito municipal, é correto afirmar que

- a) Tércio deverá ser punido com a demissão do emprego por justa causa.
- b) o estabelecimento não poderá sofrer punição por tal fato, por não haver previsão legal nesse sentido.
- c) Tércio e Cícero deverão pagar uma multa pelo fato ocorrido.
- d) o estabelecimento de Cícero ficará sujeito à pena de advertência, se o fato ocorreu pela primeira vez, e multa, se reincidente.
- e) o restaurante estará sujeito à cassação do alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura.

70

Nos termos do disposto na Lei Orgânica do Município de Guarulhos, a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, como as

- a) relativas aos serviços públicos de saúde e educação.
- b) decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- c) destinadas ao pagamento dos vencimentos dos servidores públicos.
- d) destinadas ao pagamento da dívida do Município com o Estado.
- e) destinadas ao pagamento da dívida com a União.